



History of Education in Latin America

Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License

Florêncio Luciano e o Plano de Propaganda Contra o analfabetismo: modernização pela educação no Sertão do Seridó Potiguar – (1928-1929)

Florêncio Luciano and the Propaganda Plan Against Illiteracy: modernization for education in the Sertão of Seridó Potiguar - (1928-1929)

Laísa Fernanda Santos de Farias

Mestranda História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, Brasil,
nandafarias07@gmail.com

Dr.a. Juciene Batista Félix Andrade

Docente do Departamento de História – Ceres, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, jucieneandrade@yahoo.com.br

Resumo

O trabalho aborda o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo (1928), em Parelhas, Rio Grande do Norte, na gestão do prefeito Florêncio Luciano. Nesta etapa, foi realizada uma análise qualitativa da seguinte tipologia documental: atas, decretos, leis, correspondências, recenseamentos, relatórios de matrícula e frequência escolar o que, em seu conjunto, permitiu uma visão mais completa da execução do plano. Nesse caminho, travou-se um diálogo com autores da História da Educação tais como Saviani (2013), Nagle (2009) e sobre modernidade como Rezende (1997), Jameson (2005) e Berman (1986). Os resultados alcançados nos encaminham para o seguinte: o projeto de educação de combate ao analfabetismo também se constitui um projeto modernizador.

Palavras-chave: Plano de Propaganda, Educação, Modernização, Analfabetismo, Parelhas-RN.

Abstract

This paper addresses the Propaganda Against Illiteracy Plan (1928) in Parelhas, Rio Grande do Norte, under the administration of Mayor Florêncio Luciano. At this stage, a qualitative analysis of the following documentary typology was performed: minutes, decrees, laws, correspondences, censuses, enrollment reports, and school attendance, which together allowed a more complete view of the execution of the Plan. In this way, there was a dialogue with authors of the History of Education as Saviani (2013), Nagle (2009) and about modernity such as Rezende (1997), Jameson (2005) and Berman (1986). The results achieved lead us to the following: the education project to combat illiteracy is also a modernizing project.

Keywords: Advertising Plan, Education, Modernization, Illiteracy, Parelhas-RN.

(...) Aos cinco dias do mez de Abril do anno de 1929, nesta cidade de Parelhas (...). Em ligeiras palavras o senhor Presidente se congratulou pela feliz escolha do senhor Prefeito Municipal sabendo tão bem distinguir entre tantos fiéis desta nobre terra, ora presentes, foram os escolhidos para a missão mais nobilitante de que se é possível ser membro a que abrindo aos pobres cegos da luz divina do saber, a brecha por onde se infiltrará a corrente sublime da ilustração encaminhados pela fenda recta da sabedoria a horizontes sonhadamente vislumbrados. (Ata da reunião da Comissão central de Propaganda Contra o Analfabetismo, p, 1928).

No final da década de 1920, Parelhas, cidade do estado do Rio Grande do Norte, havia entrado finalmente no rol de urbes que teriam aderido ao projeto de alfabetização republicana. Por meio dos contatos feitos pelo então prefeito Florêncio Luciano a nível estadual e por sua disponibilidade em não só receber este projeto, bem como de propagá-lo nas zonas urbanas e rurais do município de Parelhas, “O Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo” tinha atingido uma população que se encontrava ou desligada das pouquíssimas escolas que havia no município ou que não sabiam ler de nenhuma forma.

No mandato de 1929, o prefeito Florêncio Luciano, demonstrou de forma satisfatória que o projeto gerou o resultado de uma matrícula de 364 alunos e uma média de frequência de 310. Tudo isso, acabou gerando consequências nos rumos da educação parelhense, como também na construção de um leque de registros documentais que são fontes para uma História da Educação do estado do Rio Grande do Norte e do país no tocante a mais uma vertente do contexto republicano.

O debate pelos historiadores dos Annales acerca dos novos problemas e as novas abordagens de pesquisa acabou esgarçando o conceito de fontes e conseqüentemente as formas de se fazer e se pensar história. A urgência nos últimos anos tem sido o de fazer com que a História da Educação deixasse de ser apenas uma “especialização” da História, e passasse a ser de fato um objeto da História, uma questão problematizada nos trabalhos de Cynthia Veiga (2003, p. 19) ao discutir:

Situo, portanto, a educação como objeto da História, abandonando definitivamente a possibilidade de uma história da educação como “especialização” da História, mesmo porque este tipo de classificação já foi renunciado pelos historiadores na medida em que rompeu-se com a ideia de um método único para a História.

Sabendo disso, sendo a Educação considerada hoje um objeto da História tão abrangente, como problematizar as suas transformações ao longo do tempo? Ou ainda, como produzir temáticas que versem sobre a Educação enquanto um objeto histórico? Diante desses questionamentos, a pesquisa em andamento surgiu inicialmente e vem amadurecendo com a necessidade de historicizar alguns documentos encontrados no Arquivo Municipal da prefeitura de Parelhas e que se referem ao Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo criado em 1928 pelo prefeito Florêncio Luciano e abraçado por seus correligionários e demais cidadãos que se empenharam na erradicação do analfabetismo ou daqueles *que se achavam mergulhados nas trevas da ignorância*, segundo trecho retirado da Cópia do Relatório do Prefeito Municipal referente ao exercício de 1929.

A ideia é pensar o “O Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo” como um elemento para a história da educação ao passo que também é uma componente para se compreender as nuances do conceito de modernização na cidade de Parelhas. O contato com o “*Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo*” e uma série de outros documentos que passaram a ser investigados para dar suporte ao texto, se tornaram o *corpus* documental que amparam nossas reflexões. É de importância destacar que o objetivo deste trabalho é colocar em cheque às discussões acerca da História e Historiografia da Educação proporcionadas consequentemente pelo esgarçamento do conceito de fontes com o advento da Nova história (Burke, 2002, p. 11), e as mudanças conceituais e procedimentais que a mesma trouxe para o campo da História, assim como também pensar como a modernização da cidade de Parelhas pode ser compreendida pelo viés do combate ao analfabetismo, sobretudo, por que a própria fonte menciona a seguinte abordagem:

Em ligeiras palavras o Senhor Presidente se congratula pela feliz escolha do Prefeito Municipal, sabendo tão bem distinguir entre tantos filhos desta nobre terra, ora presentes, foram os escolhidos para a missão mais nobilitante de que si é possível ser membro a que abrindo aos pobres cegos da luz divina do saber, a brecha por onde se infiltrará a corrente sublime da ilustração encaminhada pela fenda recta da sabedoria, a horizontes sonhadamente vislumbrados. (Ata do dia 5 de abril de 1929 da Comissão Central de Propaganda Contra o Analfabetismo).

Portanto, dados encontrados em Atas das reuniões das Comissões central, urbana e rural contra o analfabetismo, os primeiros localizados, além dos recenseamentos escolares realizados ainda em 1929 para mapear a população que não sabia ler e que estava fora de alguma escola, leis que anunciavam a criação de diversas escolas, decretos com as nomeações de alguns professores bem como exercícios feitos na formação do curso preparatório para os professores e professoras que iriam atuar na educação parelhense, além de trocas de correspondências que não foram encontrados na íntegra, mas que constam nos registros dos cadernos de entrada e saída de telegramas do município constam trocas de informações do Prefeito Florêncio Luciano com o Departamento de Educação da Capital Natal, e ainda as próprias Receitas Anuais com os gastos repassados não só para outras manutenções da cidade, mas também para o que eles chamavam de Instrução pública passaram a ser revisitados na medida em que os primeiros *insights* de uma Educação Republicana foram aparecendo nas leituras dessas fontes, educação esta que colocava a escola *à altura de suas finalidades políticas e sociais e servia para propagar o regime republicano, seus signos e ritos*. (Schueler & Magaldi, 2008, p. 43).

Para além de fazer uma exposição serial como já foi elencado anteriormente, se faz necessário a partir de agora explicar nos próximos parágrafos o “*Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo*” à luz dessas informações documentais e o seu principal mediador o Prefeito Florêncio Luciano. Tal plano encontrado na documentação já exposta acima, a partir de 1929 remete-se ao que tudo indica ao ano de 1928. Precisamente a sua criação teria sido *a Lei contra o analfabetismo: Artigo 18, letra B de número 7 de 26 e setembro de 1928*, já que nas nomeações e no momento em que o prefeito Florêncio Luciano baixava alguma instrução ou portaria, citava sempre o que iria realizar estando de acordo com a lei acima citada.

Desta feita, este projeto objetivava expandir a educação da cidade de Parelhas para atingir o máximo de pessoas analfabetas possíveis e tirá-las conseqüentemente dessa condição. Nesse interim, uma teia de relações e legislações foi criada para dar corpo a este plano pensado pelo prefeito citado e seu grupo de administradores municipais. Mas, sobretudo, porque educar para a modernidade ou para os planos republicanos, era erradicar o analfabetismo para que a sociedade conseguisse o progresso tão almejado dentro daquele processo ideológico:

Não à toa o analfabetismo, problema situado pelas elites políticas e intelectuais no universo da doença, foi erigido como inimigo maior a ser vencido pela sociedade brasileira, tendo motivado um verdadeiro combate cívico, conduzido, por exemplo, no horizonte mais amplo das ligas nacionalistas, criadas durante a década de 1910. Entre outras associações, foi fundada, em 1915, a Liga Brasileira de Combate ao Analfabetismo, que teve sede em diversos estados. (Schueler & Magaldi, 2008, p. 46).

Percebe-se então que, havia um contexto maior para a transformação educacional que estava ocorrendo em Parelhas. Desta forma, o texto tende a aprofundar uma relação que envolve o aspecto local e o regional e de que maneira Florêncio Luciano, absorveu as propostas educacionais alavancadas na história da primeira República no espaço norte-rio-grandense, encaminhando assim o processo alfabetizador dos cidadãos parelhenses por meio do seu “Plano de Propaganda Contra do Analfabetismo”, para a execução de um plano de modernização.

O plano de propaganda contra o analfabetismo: um processo de modernização

O estabelecimento de uma rede formal de ensino em Parelhas possibilitaria recursos e verbas que seriam gerenciados pelo prefeito e as pessoas a ele ligadas. Por outro lado, isso elevaria seu *status*, dando-lhes a chance de se inserir no rol de um grupo intelectual oriundo ou alinhado aos mandatários da política e da economia seridoense e norte-rio-grandense. E assim, em 1929, dois anos depois dos arranjos iniciais da organização da pequena urbe, mais precisamente no primeiro dia do mês de abril, segundo as *Atas da Comissão de Propaganda Contra o Analfabetismo* do corrente ano, os membros deste plano estavam presentes na reunião tanto com a Comissão Central, quanto a comissão Urbana e Rural da propaganda contra o Analfabetismo, ou seja, percebe-se que o projeto não só estava preocupado com o perímetro urbano, mas também com as suas adjacências, segundo ainda informam essas mesmas atas. *Aos primeiros dias do mês de abril do ano de 1929, presentes o presidente e a comissão com dez membros da comissão rural de Propaganda Contra o Analfabetismo.* (Ata do dia 1 de abril de 1929).

Vale salientar que em meio a essas atas da Comissão rural e urbana contra o analfabetismo também tínhamos a criação de uma Comissão Central onde funcionaria na prefeitura e teria vistoria direta também do próprio Florêncio Luciano apesar de ter uma equipe responsável por esta. A ideia era que as primeiras comissões citadas dessem *feedbacks* das diversas questões ligadas à proposta de alfabetização que estava sendo instaurada no município naquele período pela

Comissão central, isso fica bem claro na *Portaria de número 23 de 20 de março de 1929* onde se destaca:

Certificar mensalmente ao Prefeito em relatório mensal das medidas tomadas e seus efeitos, taes sejam matriculadas, medidas de frequência (sic), aproveitamento, lista de matriculados e não matriculados extrahidas das fornecidas pela prefeitura, explicativos dos motivos porque não são matriculados, porque faltam.

Logo, estamos diante de um projeto escolar republicano, iniciado em 1929, e materializado na contratação e qualificação de professores, bem como na construção e manutenção de locais para extrair os parelhenses da condição de analfabetos e assim, dar um fim a esse problema de escolarização que predominava na recém-emancipada cidade. Havia um sistema coeso e atuante, não bastava só expandir a educação e fazer recenseamentos para colher o máximo de pessoas possíveis para estudar, o importante era manter o plano de Propaganda e fiscalizá-lo na medida em que este fosse sendo distribuído pela cidade. Como aponta outra *Portaria de número 4 de 2 de janeiro de 1929*:

(...) O Cidadão Florêncio Luciano, Prefeito Municipal da Cidade de Parelhas, resolve subvencionar, com 30.000 (TRINTA MIL REIS) mensais, a Escola Rudimentar Mixta da Povoação de Equador, ficando o respectivo professor com a obrigação de dar aulas noturnas, diárias na referida escola (Prédio). Comunique-se.

Necessário ressaltar sobre a passagem acima citada duas ocorrências. A primeira é que a atual cidade de Equador pertenceu a Parelhas até 1963 quando se desmembrou, por isso não será nenhuma surpresa encontrar arquivos que falem do referido município, além disso, a dinâmica do Plano de Propaganda seguiu a mesma lógica nos espaços por onde passou. A segunda é que temos neste relato a nomeação de um professor, seu respectivo salário bem como a obrigação de cumprir as suas atividades numa escola rudimentar daquele período.

Para se ter uma dimensão deste plano, recenseamentos foram criados para mapear os necessitados de instrução além da cidade de Parelhas e adjacências. Na *Portaria número 8 de fevereiro de 1929* onde o próprio prefeito Florêncio Luciano nomeia os senhores Raymundo Guerra e Florêncio Oliveira:

para fazerem o recenseamento da população escolar no perímetro urbano e suburbano desta cidade, com os seguintes dados: nome, idade, filiação, naturalidade, residência, e se sabe ou ler e escrever, incluindo mais, em coluna separada os adultos analfabetos até 20 anos (sic) de idade e anotar os que estão ou não frequentando escolas publicas ou particulares.

Diante do que foi abordado anteriormente, percebe-se que havia uma estrutura inicial para mapear os personagens de que estavam longe de um processo instrucional. Tal preocupação da prefeitura municipal de Parelhas era não só chegar aos focos do analfabetismo, como também pensar numa estrutura acerca de uma Instrução pública que desse acesso e permanência na escola. Vale salientar, contudo, que esta preocupação reflete aspectos de âmbito nacional, pois na década

de 20 o analfabetismo atingia uma cifra de 80 % da população, levando assim vários educadores e intelectuais a buscar soluções para tamanho atraso. Como considera Jorge Nagle (2001) é nos anos 20 que se viu um entusiasmo pela educação e um otimismo pedagógico nunca antes visto. O autor aponta que o país estava vivenciando a transição de um sistema agrário comercial para um sistema industrial. Com isso, para se entender a escola da época, se faz necessário também compreender a abertura que a sociedade brasileira sofreu naquele período, seja para o liberalismo econômico, seja pelas ideias anarquistas vinda com os imigrantes naquele período.

Detalhando os personagens que faziam parte dessas Comissões Central e Urbana contra o Analfabetismo, e, conseqüentemente os espaços onde o projeto pensado por Florêncio Luciano chegou, na *Portaria de 20 de Março de 1929* tinha-se na Comissão Central contra o analfabetismo composta por Tenente João Dantas Luciano como presidente, Arnaldo Bezerra enquanto vice, e Raimundo Dinarte como secretário, ligados aos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Parelhas. Seguindo, na *Portaria de 22 de março de 1929* já tínhamos a formação da Comissão Urbana contra o analfabetismo composto por Raimundo Guerra, Laurentino Bezerra, José Araújo Filho, Antônio Pereira de Macedo, Francisca Luciano, Sebastiana Damasceno, Irene Borges, Dolores Duarte, Maria Ozia e Valdemira Macedo. Vale salientar que essas duas comissões funcionavam no perímetro urbano da cidade de Parelhas, sendo que a primeira teria que segundo a *Portaria 23 de 20 de março de 1929*:

Fornecer instruções as comissões Ruraes (sic) em tudo quantos julgar necessário para a desanalfabetização (sic) no Município, scientificando (sic) ao Prefeito, em relatório mensal das medidas tomadas e seus efeitos, taes sejam matrículas, medias de frequência (sic), aproveitamento, lista dos matriculados e não matriculados extrahidas das fornecidas pela Prefeitura, explicativa dos motivos por que se não matriculam e dos matriculados por que faltam.

As informações encontradas nos livros de Portarias de 1929 até 1933, apontam para um controle rigoroso por parte dessa comissão em dar um retorno ao prefeito Florêncio Luciano, e ainda, fazia-se necessário que a comissão não só focasse nos números de matriculados, mas no aproveitamento desses alunos durante as aulas e investigar os motivos que implicavam na falta de uma assiduidade durante as aulas, trazendo assim, o entendimento de que esse controle era de fundamental importância na perpetuação do projeto de alfabetização encarnado pela república por meio da educação.

Além dessa função da Comissão Central em termos gerais, o presidente especificamente desta comissão teria que:

Acumular o cargo de Inspetor Escolar Municipal, inspecionando mensalmente, todas as Escolas Municipaes e de taes visitas, em relatório (sic) circunstanciado expor ao Prefeito tudo que por ellas (sic) seja ocorrido. (...) Dispor de um livro para registro geral de suas actas (sic), das quaes (sic) constarão todas as ocorrencias (sic), o registro do relatório (sic) mensal ao Prefeito, etc, etc. (Livro de Portarias de 1929 a 1933).

Para além da necessidade de fiscalizar e registrar que a prefeitura exigia dos membros pertencentes ao “*Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo*”, esta se pretende a partir de passagens como a citada anteriormente, analisá-la sob as formas discursivas e simbólicas pelos quais os diversos sujeitos do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo representaram o lugar da escola, como também nas formas como o poder se manifestou nas práticas políticas e de ordenamento da vida escolar. Com isso, para se entender a escola da época, se faz necessário também compreender a abertura que a sociedade brasileira sofreu naquele período, seja para o liberalismo econômico, seja pelas ideias anarquistas vinda com os imigrantes naquele período. É nos anos 20 que se viu um entusiasmo pela educação e um otimismo pedagógico nunca antes visto. Desta feita:

Para nós, historiadores da educação, uma constatação evidente é a de que investigar os processos de aprender é fundamental para ampliarmos a compreensão das formas de como em tempos e espaços distintos, homens e mulheres organizaram sua vida, seus fazeres e suas ideias, enfim, seu modo de ser e estar no mundo. (Nívia & Fonseca, 2008, p. 08).

Por isso, que se faz necessário pensar o “*Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo*” do prefeito Florêncio Luciano interligado a um contexto nacional e ainda sob a égide de uma produção acadêmica que nos últimos 50 anos vêm crescendo depois da instalação dos diversos programas de pós-graduação em Educação no país.

Ao analisar as *Atas das reuniões da Comissão Central de Propaganda Contra o Analfabetismo de 1929* no tocante a organização da campanha contra o analfabetismo, encontradas no arquivo municipal da Prefeitura de Parelhas, por exemplo, fica claro à existência de termos como; “escolhidos para uma missão nobilitante”, “abrindo aos cegos à luz divina do saber”, “a busca pela reta da sabedoria”, já numa preocupação em libertar as pessoas do atraso educacional que estavam condicionadas mediante a existência do analfabetismo.

O processo de alfabetização neste caso seria uma salvação daqueles que viviam na “cegueira” do analfabetismo. Logo, instruir seria adequar à população as necessidades da construção do desenvolvimento social que a Primeira República tanto elencava, ou como aborda a segunda *Ata do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo aos cinco de abril de 1929*: “Abrindo aos pobres cegos da luz divina do saber, a brecha por onde se infiltrará a corrente sublime da ilustração encaminhada pela venda reta da sabedoria. (...)”.

Tem-se então um processo documental vasto e que tem sido revisitado constantemente em busca de um produto. Além das Atas das comissões, urbanas, rurais e centrais contra o analfabetismo, e de algumas portarias já citadas no texto e do próprio recenseamento, é interessante apontar ainda uma exemplificação de como eram feitas as nomeações de professores ainda naquele período. *Na Portaria de número 50 de 2 de julho de 1929* temos o seguinte exemplo:

O Prefeito Municipal de Parelhas resolve nomear a professora Francisca Silva para exercer o cargo de professora na Escola rudimentar de Quintos, com o ordenador de 50.000 (Réis) mensaes (sic) e mais de 1.000 por aluno no que exceder de 20 na frequência media mensal, ficando marcado o praso (sic) de 6 dias para prestar compromisso e assumir o exercício. Comunique-se. (sic).

E nisso, é evidente no relato anterior observarmos que, mais que uma nomeação a prefeitura precisava de agilidade e comprometimento nos serviços da instrução pública ao elencar a obrigatoriedade e o comparecimento do professor em seis dias, como também temos a indicação da instalação de uma escola na zona rural Quintos e ainda no tocante ao pagamento do professor, questões essas que implicavam diretamente nos cofres públicos do município a partir do ano de 1929. Um exemplo disso, é a descrição feita pelo próprio prefeito ao apresentar o seu *Relatório do Prefeito Municipal referente ao exercício de 1929*, Florêncio Luciano reconhece a quantidade de dinheiro gasto em seu projeto, mas também enfatiza a importância que foi todo este investimento.

Verdade que esta medida pesou bastante nos cofres municipais, porém (sic) experimento a satisfação de dizer-vos que nenhuma outra se assemelha de maiores vantagens para os filhos desta terra, máxime para a mocidade (sic) de quem depende o futuro de nossa Pátria. (Relatório do Prefeito Florêncio Luciano, 1930).

O prefeito, ainda discorre neste mesmo relato, acerca da quantidade de pessoas que conseguiu retirar da condição de analfabetos, por meio do seu plano contra o analfabetismo, e projeta a partir disso um futuro de uma cidade adequada aos projetos civilizatórios elencados durante a República, questão essa que também nos leva a outra discussão para além da importância da valorização e conservação das fontes para uma História da Educação e conseqüentemente das pontuações feitas sobre o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, que é a discussão sobre *sertões* aqui investigado por meio da expansão da educação, já que o Plano de Propaganda analisado pensava intuitivamente no desenvolvimento da sua Zona Rural, bem como da própria Urbe.

Mediante a abordagem inicial, parte-se agora para o cruzamento da documentação que corresponde aos *insights* sobre a modernidade em Parelhas, juntamente com as investidas feitas pelo historiador Antônio Paulo Rezende sobre esta temática. Em seu Relatório correspondente ao ano de 1929 explanado na Câmara Municipal, o Prefeito Florêncio Luciano antes mesmo de falar sobre os avanços da instrução pública em seu município já demonstrava desejos de progressos e civilidade para sua cidade, evidenciando conseqüentemente:

Governar sem attritos foi e será sempre o meu ideal, não tolerando, porém, o desrespeito as nossas leis, porque, sem ellas não há ordem, e sem ordem não há progresso, e sem progresso não podemos evoluir, ficando estacionados, sem poder vencer as dificuldades oriundas da época que atravessamos, a qual é a marcha vertiginosa do aperfeiçoamento, e é a meta das nossas aspirações. (Relatório Municipal referente ao exercício de 1929).

Compreende-se inicialmente que, mesmo sem citar as propostas educacionais realizadas em seu mandato, o prefeito Florêncio Luciano já deixava claro que seu objetivo geral quanto as suas propostas foram baseadas no ideal do progresso daquele momento, aplicando ao mesmo a responsabilidade pelo desenvolvimento da evolução ou não da cidade. Além deste almejado avanço ser o responsável por vencer as dificuldades que assolavam a região na década de 20. Dificuldades estas que também só seriam vencidas por meio do que ele nomeou de

aperfeiçoamento trazido conseqüentemente por esta panaceia que seria instrução pública.

Neste sentido, ao buscar justificativas teóricas para compreender a introdução da cidade de Parelhas nos signos modernos, convocam-se os apontamentos feitos por Antônio Paulo Rezende (1997), onde encaminha o seguinte direcionamento:

A modernidade e todas as suas possíveis derivações têm sua materialidade que atinge o cotidiano da sociedade e modifica as relações sociais. As suas repercussões, a sua penetração nos múltiplos espaços do fazer político, social, econômico dizem muito das relações de poder existentes. Efetivamente, é um processo contraditório, cria conflitos, destrói valores inventa concepções de mundo e de vida. (Rezende, 1997, p. 117).

No caso da cidade de Parelhas, a intensificação do processo educacional fez com que uma nova forma de organizar a sociedade e o espaço urbano também viesse por meio da instrução pública. O Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo fixa os papéis dos seus sujeitos, regulariza um grupo doutrinário, ou seja, os responsáveis por comandar este projeto, e distribui uma apropriação dos discursos com seus poderes e saberes. Neste caso, o ideal de progresso, civilidade e desenvolvimento virão a reboque das metodologias de ensino empregadas nas Escolas Rudimentares, questão essa que traria para Parelhas simbologias que são próprias da modernização, e nesse caso seriam os ideais de progresso, desenvolvimento e conseqüentemente da própria civilidade, alimentados pelo governo republicano.

Outra documentação que consegue trazer alguns elementos sobre a modernidade em Parelhas por meio da educação, são as provas de Francês aplicadas pela Escola Municipal Mixta de Preparatórios aos professores que estavam atuando no Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo. Neste sentido, apresentam-se algumas redações que faziam parte de uma prova escrita da língua descrita e que davam conta, pelo o que se conseguiu compreender, de uma tradução de um texto chamado: “A machina a vapor”. Neste escrito, temos o seguinte relato descrito pela professora Waldemira Macêdo:

A maquina aperfeiçoada no meio do ultimo século pelo inglês Watt é empregada tanto para fabricar agulhas como forjar as ancoras dos grandes navios. Eis aqui uma curta explicação que dará uma ideia geral dos efeitos maravilhoso vapor.

Transformando um vapor quando está fortemente aquecido tem uma força tanto mais considerável quanto o calor é maior. Se uma marmitta estivesse perfeitamente fechada com sua tampa a agua encerrada na marmitta transformada em vapor levantaria essa tampa inda mesmo se a tivessem carregado com maiores pesos ou então o vaso estalaria. (Waldemira Macêdo, 13 de Novembro de 1929).

Ser moderno caracterizava-se por muitas compreensões, desde abandonar velhos costumes, como também superar o atraso urbano e social, além de claro, ter acesso a novos tipos de notícia, como essas que os professores do plano estavam tendo, a fim de repassar para seus alunos.

Destarte, análises como as de Frederic Jameson (2005), David Harvey (2002), e o próprio Marshal Berman (1986), tem dado suporte teórico para pensar a

modernidade enquanto um fenômeno social e tecnológico sobre o espaço parelhense e as mudanças trazidas por meio do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo ao próprio sertão seridoense. Harvey, por exemplo, destaca em sua obra *Condição Pós-Moderna* a seguinte questão:

A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes. (Harvey, 2002, p.22)

Ao ligarmos essa condição defendida por Harvey ao Plano de Propaganda Contra o analfabetismo, objeto de estudo deste trabalho, abre-se a perspectiva para pensar o sertão e a instrução enquanto a ruptura de um processo de atraso educacional alertado pelo modelo de governo republicano, e que só seria resolvido por meio da distribuição ou da fragmentação dessa ideia em diversas localidades da própria cidade de Parelhas.

Em Fredric Jameson (2005) a discussão concentra-se em pensar o sertão aqui representado pela cidade de Parelhas e a educação, enquanto um espaço de produção e mobilidade. Para este autor:

O Tropo da modernidade pode ser considerado naquele sentido auto-referente, se não performativo, já que sua aparição sinaliza a emergência um novo tipo de figura, uma quebra decisiva com a forma prévia de um novo tipo de figurativismo, e é nessa medida um sinal da própria existência, um significante que indica a si próprio e cuja forma é o seu próprio conteúdo. (Jameson, 2005, p. 45).

Diante do que foi exposto, é necessário explicar inicialmente os atores que aparecem na documentação do Arquivo da Prefeitura Municipal de Parelhas e o avanço da cidade por meio da alfabetização dos seus cidadãos. Porém, outros signos da modernidade também são encontrados no tocante a própria manutenção das escolas nesse período. A instalação da luz elétrica, por exemplo, faz parte deste processo, pois a educação neste contexto convoca uma série de outros meios que até então não eram vistos no sertão. Com isso, pode-se citar o exemplo do documento referente à instalação da luz elétrica nos salões do Barão Escolar, temos a seguinte abordagem:

Os abaixo assinados, Silva e Dantas, vêm cm o presente pedir a V.S. se digne de mandar pagar aos mesmos a importância de 106\$900...?, (sic) proveniente de material e mão de obra de uma instalação de luz elétrica nos salões do grupo Escolar “Barão do Rio Branco” e feita pelos suplicantes, conforme documento junto. Nestes termos, P. defirimento. Parelhas, 1 de abril de 1929.

A partir do relato documental acima, fica visível a problematização do autor Fredric Jameson (2005) ao pensar o tropo da modernidade, ou seja, uma nova forma de ser compreender o mundo diferente do que até então existia. A forma do próprio conteúdo destacada por este autor identifica a emergência de um novo tipo de figura, ou seja, de um novo tipo de característica dado a um determinado lugar. Ao concatenar a sua problematização com a manutenção do grupo escolar acima citado, temos um novo tipo de performance para pensar o sertão.

Convoca-se ainda para pensar a modernidade enquanto presença no sertão o filósofo Marshall Berman (1986), em que compreende a modernidade atrelada à vida urbana, só possível quando a cidade se torna o próprio instrumento de argumentação, ligando assim a própria retórica do projeto de Florêncio Luciano, onde o mesmo percebia com seus parceiros educadores a possibilidade de modernizar Parelhas e adjacências a partir da educação. Logo, são experiências de vidas e espaços que são compartilhados por todos e uma amplitude de visões e ideias que visavam tornar as pessoas sujeitos e objetos desse processo. Com isso, “*ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos tudo o que sabemos tudo o que somos.*” (Berman, 1986, p. 15).

Outro símbolo da modernidade presente neste contexto de desenvolvimento foi à circulação de telegramas feitos entre a prefeitura municipal de Parelhas e o Departamento de Educação em Natal, mas especificamente ao diretor desta instituição entre os meses de março a maio de 1929. E toda esta troca de informações só foi possível graças à existência de uma estação telegráfica na cidade, como foi encontrado em um documento referente ao que parece ser um pedido de pagamento ao então Prefeito Florêncio Luciano do aluguel feito por este para instalação do telégrafo em Parelhas.

Florencio Luciano, abaixo assignado, tendo alugado a Prefeitura Municipal desta Cidade, durante o anno de 1929, uma casa na antiga rua S. Sebastião, hoje Juarez Távora, para a instalação da estação telegraphica (sic) desta cidade, pela importância de 360\$00 (30\$000 mensaes) (sic), e como ainda não recebeu referida importância, vem perante V.S. pedir se dignar ordenar o pagamento ora (sic) pedido. Nestes termos, P. deferimento. (Secretaria, 31 de dezembro de 1930).

Com isso, temos duas questões que precisam ser discutidas. A primeira é a relação entre Parelhas e o Departamento de Educação de Natal, onde as trocas de informações acerca do desenvolvimento da educação estavam sendo repassadas, e conseqüentemente temos a quebra do paradigma de um sertão parado e atrasado onde esta documentação o torna atento ao desenvolvimento da capital do estado. Além disso, é perceptível a presença de outro signo da modernidade deste espaço por meio do telégrafo. Tal máquina não só daria suporte aos assuntos relacionados à educação Parelhas/Natal, como também encurtava as fronteiras entre interior e litoral, promovendo assim a existência de um sertão móvel e temporal.

Dadas as discussões sobre os sertões e a modernidade, é necessário ainda apresentar o formato dos recenseamentos feitos pelas Comissões de Propaganda Contra do Analfabetismo citadas anteriormente. Na Zona Rural do município de Parelhas esse trabalho pode ser exemplificado a partir do conteúdo descrito na *Portaria de Número 16 de 20 de Março de 1929* onde a mesma aborda:

O Prefeito Municipal de Parelhas, resolve desegnar (sic) os cidadãos (sic) João Manuel da Silva e Simão Oliveira, para fazerem o recenseamento da população escolar e adultos anaphabtos (sic) até 20 annos (sic) de idade, em duas zonas, a primeira é a partir da casa de residência do Cidadão bernardino (sic) de Senna e Silva na propriedade Joaseiro (sic) e a segunda á partir da casa de residência

do cidadão Antonio Garcia, na propriedade Boa-Vista, ambas neste Município, com os seguintes dados: nome, filiação, naturalidade, residência e se sabe ou não ler e escrever e se estão frequentando escolas publicas ou particulares. Cada zona terá um raio de meia légua do ponto de partida. Communique-se. (sic).

Neste relato é notório que o recenseamento não aconteceria só com os adultos analfabetos, questão essa que corresponde com discussões que foram elencadas anteriormente no que tange á verificação do decorrer das aulas nas escolas rudimentares, bem como os pontos que seriam elencados quando dos recenseamentos e a que público o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo queria atingir. A transcrição documental anterior, nos leva aos objetivos que a República queria atingir ao alargar o processo de escolarização no país correspondendo a um projeto civilizatório que atribuísse à educação popular o papel de formação do cidadão republicano. Neste sentido, a formulação deste ensino seria pautada em valores fundamentais para o indivíduo e sua vida no exercício da sociedade, e nisso teríamos uma mudança da ordem social, política e econômica para consolidar o regime.

Seguindo com a discussão das características e personagens do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, se faz necessário ainda contextualizá-lo por um âmbito mais regional. O caicoense José Augusto Bezerra de Medeiros, político e educador militante da educação do estado do Rio Grande do Norte, no período da Primeira República, defendeu o fim do analfabetismo e mobilizou a população a buscar um projeto de educação para o Brasil. Destacou-se nos projetos educacionais do país quando em 1916 tornou-se membro da Liga Brasileira contra o Analfabetismo e, ao assumir o governo do estado Rio Grande do Norte em 1924, passou a exercer uma série de reformas, inclusive a educacional no mesmo estado. Percebe-se então que, havia um contexto maior para a transformação educacional que estava ocorrendo em Parelhas. Desta forma, a reflexão aqui proposta tende a aprofundar uma relação que envolveu o aspecto local e o regional e de que maneira Florêncio Luciano, absorveu as propostas educacionais alavancadas na história da primeira República no espaço norte-rio-grandense, encaminhando assim o processo alfabetizador dos cidadãos por meio do seu Plano de Propaganda Contra do Analfabetismo e o processo de modernização para a referida cidade.

No telegrama correspondente ao dia 22 de abril de 1929 e encontrado em meio à documentação da caixa *Diversos*, temos a seguinte afirmação:

Ilmo Sr Florencio Luciano.
M.D. Prefeito de Parelhas.

Accuso (sic) recebido vosso officio (sic) de 11 do corrente mez, encaminhando-me uma copia do recenseamento da população escolar e adultos analfabetos até 20 annos (sic) de idade, juntamente com a copia da matricula e frequênciã nas escolas desse Município. (sic)

Apraz-me felicitar-vos pela oportuniã do trabalho a que vos abalançastes, revelando um entranhado interesse pelo problema do ensino, no município que dirigis, com intelligência e competência.

Sirvo-me do ensejo para apresentar-vos os meus protestos de alta estima e apreço. Francisco Borges (secretário?) (sic).

Nesta passagem temos um controle estadual acerca da população escolar no município e mais, votos de estima à dedicação do prefeito Florêncio Luciano ao Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo que este vinha dirigindo e que conseqüentemente alargou a escolarização da cidade de Parelhas. E assim, temos os primeiros contados já em 1929 de relação Parelhas-Natal e da importância que este projeto vinha despertando a partir do forte interesse que o prefeito atentou para o problema do analfabetismo em Parelhas comprovando que as discussões acerca da educação e modernização estavam atuais neste recorte do sertão seridoense.

Uma história de experiências modernizantes pela história da educação: o que nos mostra o arquivo

Ao se debruçar pelos estudos em arquivos escolares, percebe-se que o diálogo teórico perpassa a História. A própria Arquivologia e a inserção das Ideias Pedagógicas na Educação do Brasil são campos para que a discussão sobre educação seja concatenada. Neste sentido, ao construir um conceito sobre um arquivo na educação, é interessante se considerar que os arquivos escolares remontam questões acerca do cotidiano e das vivências nas educabilidades e não só dão conta de relatar uma organização educativa.

E isso vem permitindo pensar o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo neste aspecto cidadão tendo em vista que a proposta aqui sugerida neste texto, visa pensar na modernização de um dado recorte do espaço físico do Seridó norte rio grandense a partir de uma experiência educativa pensada por meio de um grupo que acabou produzindo uma cultura material e que hoje faz parte de uma memória coletiva de muitos daqueles que ligam Florêncio Luciano ao idealizador dos primeiros passos da educação parelhense, bem como nas relações saudosas com os monumentos arquitetônicos incorporados pelas escolas construídas tanto na zona urbana, quanto na zona rural.

A História da Educação nos tem permitindo pensar não só o passado, a ruptura e a permanência das atividades das práticas educativas, mas também as suas particularidades ao longo do tempo. Se fizermos uma avaliação, mesmo que superficial dessas atividades, iremos perceber que métodos e ensino, ideias pedagógicas, e diversos conceitos educacionais mudaram no decorrer das transformações históricas e das relações humanas.

Pontua-se ainda que as fontes para uma História da Educação não conseguem evocar uma totalidade de acontecimentos nesta área. O que se tem são novas ponderações acerca das temáticas que ainda não foram pesquisadas e que de alguma forma contribuem para fechar uma discussão que até então tinha sido encerrada por falta de mais materiais. Questão essa que ocorre com a pesquisa ligada ao Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo abordada ao longo deste texto. Tal proposta de trabalho, evoca o fechamento de diversas lacunas acerca da educação da Primeira República norte rio-grandense e do país, e uma nova possibilidade de pensar a modernização da cidade por meio dos artifícios trazidos pela educação e não só pelo aspecto urbanístico na mudança da paisagem.

Referências

Albuquerque Júnior, D. M. de. (2014). Distante e/ou do Instante: sertões contemporâneos, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, A. (Org.). *Culturas dos Sertões*. Salvador: EDUFBA.

Arruda, G. (1999). Cidades e sertões: o historiador entre a história e a memória. *Projeto História*, São Paulo, v.19.

Araújo, M. M.: (1997). O Projeto Escolanovista no Rio Grande do Norte - uma das dimensões praxicas das pautas modernizadoras do Governo José Augusto Bezerra de Medeiros (1924 -1927). *Revista História da Educação*, Pelotas, nº 1, v 1. Jan-jun. 1997. <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30632/pdf>

Berman, M. (1986). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos F. Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia da Letras.

Burke, P. (org). (1992). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP.

_____. (2002). *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP.

Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano*. 1. As artes de fazer. Petrópolis: Vozes.

FARIA FILHO, L. M. de. (1998). O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, v. 24, n. 1, jan/jun-1998.

Harvey, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Loyola, 2002.

Jameson, F. *Modernidade Singular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 283 p.

Macêdo, M. K. (2005). *A Penúltima Versão do Seridó: Uma História do Regionalismo Seridoense*. Natal, RN: Sebo Vermelho.

Magaldi, A. M. B. de M. & Schueler, A. F. M. (2009) *Educação Escolar na Primeira República: memória, história e perspectiva de pesquisa*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>.

Mogarro, M. J. (2006). Arquivo e educação: a construção da memória educativa. Sísifo: *Revista de Ciências da Educação*, n.1. Disponível em:<<http://sisifo.fpce.ul.pt>> Acesso em 27 julho de 2013.

Nagle, J. (2001). *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A.

Pinsky, C. B. (Org.). (2005). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
Stephanou, M.; Bastos, M. H. (Orgs). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes. Vol. III.

Rezende, A. P. (1997). *(Des)encantos Modernos: História da cidade do Recife na década de XX*. Recife: Fundarpe.

Veiga, C. G. & Fonseca, T. N. de L. e. (Orgs.). (2003). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.

Veiga, C. G. (1997). Projetos urbanos e projetos escolares: aproximação na produção de representações de educação em fins do século XIX. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 26.

Vidal, D. G. (2005). Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: Souza, R. F. de & Valdemarin, V. T. (Orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. – Campinas, SP: Autores Associados.